

ANC P4

Sal e vinho

Mauro Santayana

Recompostas as instituições básicas do Estado, com a Constituição de 5 de outubro, resta o mais difícil: reconstruir aquele sentimento de solidariedade nacional que nos impeliu às grandes jornadas de 1983 e 1984. Aquele não foi momento perdido na História, é ponto de referência política e experiência adquirida, que não podemos desprezar. Fomos capazes de reunir, naquelas horas incertas, o melhor que havia em cada um de nós, em cada um dos grupos de interesses que constituem a sociedade, em cada uma de suas classes sociais. Prevaleceu, naqueles dias, o que devia prevalecer sempre: o sentimento de cidadania sobre a irracional postura corporativista, a idéia de que somos valor a preservar e destino a cumprir.

Os antigos navegadores, quando lhes faltavam ventos ou enfrentavam águas duras, correntes adversas, cuidavam de que não faltassem água e comida aos remadores — ainda que isso significasse ração menor para os outros tripulantes e eventuais passageiros. Era a consciência de que, embora todos estivessem no mesmo barco, era necessário mais do que os panos de vela para cumprir as travessias. Não há a necessidade de seguir na metáfora: sabemos todos quem são os remeiros, os demais tripulantes e os passageiros, e sabemos quanto de água e comida cada um dos grupos vem consumindo.

Restaurar aquele sentimento nacional de solidariedade política (isto é, retomar o projeto democrático) exige instaurar alguma justiça. Já não se pede que os remeiros tenham mais pão e mais água. Pede-se que tenham pão e tenham água. É pensando neles que se impõe decidida política deflacionária. Uma situação só perdura quando há interesses que a mantenham, e este é também o caso da inflação. A quem interessa essa insensata dança de números, que exige de cada um de nós, por mais reduzidos sejam os seus haveres, cuidadosa reflexão a cada manhã, para saber em que gaveta de proteção colocá-los — se no "open", se na "poupança", se nos "cedeb's", se no "ouro", se no "black"? Quem ganha o que quase todos perdem?

Entre todas as disposições da nova Carta política houve uma, a sugerida por Fernando Gasparian, que teve a circunstância de ser das que maior aprovação obtiveram no plenário e talvez a que haja recebido maior objeção dos mal-informados ou dos muitíssimos bem-informados: a limitação dos juros reais (bem se entenda, reais) a doze por cento ao ano. Não é preciso ser economista para saber que os juros altos favorecem a inflação, que o custo do dinheiro influi sobre o preço final da mercadoria. Não depende de alta matemática deduzir que é melhor aplicar a juros reais de vinte, trinta por cento, do que arriscar o dinheiro em alguma atividade produtiva que, dificilmente, renderá tanto. É natural e humano que, produtor ou comerciante, o indivíduo busque, tanto quanto o aplicador ocioso, garantir a sobrevivência de seus bens, e nenhuma construção de ordem moral poderá levá-lo a preferir a falência a remarcar os seus preços.

Mas não é o produtor de bens (a não ser aqueles pouquíssimos, cuja fortuna lhes dá assento nos altos conselhos de decisão), o pequeno comerciante ou o profissional bem remunerado que orientam diretamente a política econômica da nação ou lhe aconselham as normas monetárias. No mundo de interdependências que nos toca viver, no alto da pirâmide das decisões está o maior tomador de dinheiro do mundo (é elementar, dentro da mais antiga das leis econômicas, que devedor, pela imposição da necessidade, fixe,

com a procura, a taxa de juros, e não o credor), o Tesouro norte-americano. É, no entanto, possível reduzir as taxas de inflação, mesmo na área em que a oscilação da "prime rate" tem repercussões mais fortes, como é a América Latina, mantendo-as, pelo menos, em condições administráveis.

Para isso é necessário enfrentar, tanto quanto os interesses externos, os interesses internos: os passageiros e tripulantes que só querem as sombras do tombadilho, as provisões dos barris, a água fresca dos cântaros, o vinho das ânforas.

Todos sabemos que em qualquer economia é importante o papel dos banqueiros. Não obstante pensadores como Aristóteles, que consideravam o dinheiro estéril e condenavam a usura, sempre foram cobrados juros e, para sustentar as piores razões contra o atual dispositivo da Constituição, em certas circunstâncias, superiores a 12%. Mas é importante refletir sobre a afirmação dos banqueiros de que será necessário, confirmados os juros máximos de 12%, reduzir os que se pagam aos portadores de poupança a menos dos seis por cento reais que se pagam hoje. Isso significa que, tomando a 6 e emprestando a 12, o lucro não será suficiente. Todos são convocados à singela operação aritmética, para saber a relação entre 6 e 12. E, se esse raciocínio não bastar, convém examinar os balanços dos bancos.

Os banqueiros não podem estar ausentes das conversações que se iniciam para o ajuste de um pacto nacional. Eles devem ter assento à mesa com dupla responsabilidade: a de empresários que pagam salários e a de banqueiros que cobram juros. Se alguém se der ao trabalho de examinar a composição dos preços finais de qualquer produto, há de verificar que o custo do dinheiro é maior do que o custo do trabalho; esta é a razão pela qual tantos empresários têm preferência por reduzir sua produtividade e dispensar trabalhadores; a valer-se do crédito bancário. Não é à toa que fazendeiros vendem suas propriedades: que vaca pode dar, em um ano, o que rende o seu próprio valor aplicado?

Para que o barco possa atravessar tantas procelas — e as já vencidas só mais brandas do que as que nos esperam — é preciso mais homens nos remos. Será necessário desembaraçar o tombadilho, a fim de que os encarregados do velame e da cordoalha façam o seu trabalho, e é de todo conveniente não ofender os brios dos que calejam as mãos e salgam a pele nos porões da nave.

A primeira providência é a de dar à moeda aquele mínimo de dignidade que lhe é necessária, a fim de servir de padrão de valor do trabalho dos homens e dos bens que esse trabalho produz. A História demonstra que taxas razoáveis de inflação estimulam a indústria, mas a hiperinflação leva primeiro à catástrofe econômica para, em seguida, conduzir a sangrentas tragédias políticas.

Como tudo o mais, a lucidez da economia depende da lucidez na política. E lucidez, em política, é negociação, é acordo, é transigência, é renúncia. A inflação deixou de ser assunto restrito ao governo, é toda a sociedade, em seus diferentes grupos de interesse, que deve, em pacto da razão, encontrar o caminho; e em qualquer pacto, conforme lembra Felipe Gonzalez, todos devem perder — menos aqueles que já perderam tudo.